

Trocas culturais: universidade e pessoas refugiadas

Rebeca Haddad
Guilherme dal Secco
Silvia Regina Viodres Inoue
Denise Martin

Este texto se inspira no desejo de compreender como é a inserção de pessoas refugiadas em universidades brasileiras. Considerando que a vida acadêmica dos estudantes não se limita ao acesso aos conteúdos disciplinares da profissão escolhida, buscamos nos aproximar do que acontece no ambiente universitário. O espaço físico, os professores, os colegas de classe, os funcionários, a cantina, entre outros, apresentam possibilidades de inserção ou não de pessoas refugiadas.

O governo brasileiro reconheceu, até o início de 2020, 43 mil pessoas refugiadas, 88% de nacionalidade venezuelana (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). O país ocupa atualmente a sexta posição global e a terceira nas Américas em solicitações de refúgio (DELFIM, 2020). Uma forma de integração dessas pessoas, no Brasil, se dá por meio da inserção universitária.

As Políticas de Ações Afirmativas (PAA) têm um papel importante na democratização do acesso ao ensino superior (MOEHLECKE, 2002). A ideia central de uma PAA é a extensão da igualdade de oportunidades a todos, bem como de ações voltadas à neutralização da discriminação em relação às minorias étnicas, raciais e de gênero (LUZ et al. 2019). Um exemplo é a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) e a instituição do Programa Universidade para Todos (PROUNI – Lei 11.096/2005) que também viabilizam o acesso.

À vista disso, as propostas de ações que valorizam a diversidade cultural e buscam reduzir a desigualdade, que atinge certos grupos, são fundamentais para a prevenção de visões preconceituosas e práticas discriminatórias (MOEHLECKE, 2002).

O acesso de pessoas refugiadas às Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil se tornou possível a partir da implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) que, além de garantir a existência de vagas para pessoas refugiadas, difunde a iniciativa de promover educação, pesquisa e extensão dentro dessa temática e contribui com a formação acadêmica e capacitação de professores e estudantes. No território nacional, até agosto de 2020, integravam a rede 23 IES, visando a garantia de direitos e a permanência dessa população no ambiente acadêmico (ACNUR, 2020).

Dentre as atividades realizadas pelas IES dessa rede, destaca-se a expansão no número de iniciativas voltadas à inclusão de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio nos ambientes universitários (CSVM, Relatório Anual, 2020). Além do vestibular diferenciado (com especificações próprias a cada IES), há implementação de políticas de ingresso e permanência nas Instituições de Ensino Superior, desde bolsas de estudos a auxílio financeiro, atividades de ensino da Língua Portuguesa, serviços de assistência jurídica e saúde (CSVM, Relatório Anual, 2020).

Há poucos estudos nacionais que priorizam o tema de pessoas refugiadas em universidades. Na base Scielo, quatro pertencem à área do Direito, nos quais são abordadas questões referentes à relevância da pesquisa acadêmica na área do refúgio e o papel da CSVM nesse contexto (FRIEDRICH, HIROSE, CRUZ, 2019; BERNARTT, PASSOS, 2020; OLIVEIRA, BRASIL, 2021), bem como aspectos relacionados ao direito internacional e status jurídico de estudantes em situação de refúgio (FRIEDRICH, GEDIEL, 2014). Outros dois pertencem à área de Letras: abordam a relação do acolhimento linguístico e hospitalidade com a permanência de pessoas refugiadas na universidade (DA ROSA, 2018; RODRIGUES, 2021). Por fim, o último se refere à área de Relações Internacionais cujo conteúdo aborda dispositivos legais, jurídicos e culturais para a abertura das universidades brasileiras a pessoas refugiadas (GÓMEZ, 2019).

Além desses estudos, a Universidade Federal do Paraná publicou um livro, em parceria com o ACNUR, no qual são evidenciadas práticas que contribuem para a permanência dos estudantes imigrantes da universidade, bem como destacam a importância de a universidade consolidar uma política institucional transversal ao pensar sobre as ações com esta população (GEDIEL, FRIEDRICH; 2021). É também importante estudar como ocorre a inserção desses estudantes no contexto universitário.

O presente relato de experiência apresenta um projeto desenvolvido em uma universidade comunitária¹ conveniada à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, localizada na região Sudeste do Brasil. A Instituição oferece anualmente um vestibular específico para pessoas em situação de refúgio². Os candidatos podem escolher a língua em que desejam fazer a prova e são oferecidas três bolsas de estudo integrais. No período de 2012 a 2020, foram aprovados 52 alunos no vestibular, 16 ingressaram na universidade e, em 2020, dois estudantes estavam matriculados. Ainda que tenham ocorrido interesse e acesso de pessoas refugiadas à universidade, a sua permanência tem sido um desafio. Houve seis desistências ao longo desse processo. Observamos que, apesar da garantia da bolsa de estudos, havia dificuldades com o grau de proficiência da Língua Portuguesa, barreiras culturais, de ordem econômica, dificuldade de integração com a comunidade acadêmica, de adaptação à organização da universidade e dificuldades estruturais como depender da internet e computadores da universidade³.

Neste contexto, buscamos refletir não só sobre os problemas já observados, mas também sobre os desafios, oportunidades e estratégias da inserção de pessoas refugiadas em uma universidade. Nosso questionamento principal era: como se dá a relação de estudantes em situação de refúgio e a comunidade acadêmica? A equipe do projeto é composta por dois estudantes de Psicologia⁴ e supervisionada por duas professoras, uma com formação em Psicologia, e outra, em Antropologia.

O objetivo do Projeto “Trocas Culturais: Universidade e pessoas refugiadas” é aprender e trocar experiências sobre o Brasil e o país de origem do estudante. Desta forma, procuramos compreender a inserção acadêmica e aprofundar o conhecimento sobre nossos discentes em situação de refúgio através do processo de “trocas culturais”. Segundo Brito e Dantas (2017), uma das formas de se compreender um indivíduo é de se embasar no grupo cultural ao qual ele pertence. A proposta de trocas culturais nos permite esse contato, além de favorecer uma forma de integrar a sua cultura nesse novo contexto (BRITO, DANTAS, 2017, p. 269).

Consideramos que, na experiência das trocas, todos os envolvidos precisavam aprender algo. Estudantes brasileiros precisavam aprender sobre estudantes em situação de refúgio e vice-versa. O processo envolvia necessariamente ensinar e aprender.

Para uma aproximação com os estudantes com status de refugiados na universidade, foi realizado um treinamento anterior dos discentes de IC (Iniciação Científica) sobre o tema do refúgio. Foi realizada uma revisão de literatura nas áreas de Direito, Relações Internacionais, Psicologia e Saúde Coletiva. Buscamos também uma aproximação com os demais membros da instituição. Foram realizadas conversas com coordenadores de curso, diretores, professores e pessoal administrativo. Constatamos que, para parte desses contatados, havia desconhecimento sobre alunos em situação de refúgio⁵. Alguns professores e funcionários não sabiam da existência destes alunos ou mesmo do vestibular específico para eles. As especificidades desses estudantes eram mais conhecidas nos cursos com alunos ingressantes via vestibular para refugiados.

O Projeto Trocas Culturais incluiu atividades, dentro e fora do âmbito universitário, entre os participantes (estudantes de iniciação científica e estudantes em situação de refúgio). Os primeiros contatos com alunos refugiados, realizados pelos alunos de IC, ocorreram no início de 2018. Uma primeira abordagem foi realizada com um egresso, de nacionalidade colombiana, com idade entre 20 e 30 anos⁶, que havia chegado ao Brasil em 2013. O egresso relatou uma experiência positiva na graduação na universidade, trabalhava à noite e estava empregado na área em que havia concluído a graduação. Chamou-nos a atenção o seu desconhecimento dos serviços de extensão oferecidos pela instituição (psicologia, enfermagem, farmácia, direito, entre outros). Além disso, ressaltou as diferenças entre os refugiados, muitas vezes invisibilizadas pelo status legal:

“é muito fácil as pessoas enxergarem refugiados como iguais, mas que as diferenças culturais determinam o quão difícil será essa adaptação e que cada refugiado enfrenta um desafio único” (ex-aluno).

Esta colocação provocou a equipe sobre a incapacidade que algumas pessoas têm de compreender o mundo do outro e os seus significados. Pensar na pessoa protegida como uma vítima, alguém sem espaço e sem voz ou incapaz de realizar qualquer mudança sozinho, nos fez refletir sobre os estereótipos relacionados a estas pessoas. Segundo Martin, Goldberg e Silveira (2018), a cultura, definida geralmente de uma maneira superficial e estereotipada, é imediatamente implicada nas explicações, justificativas e sentimentos em relação a essas pessoas.

As trocas foram realizadas no período de 2018 a 2021 e envolveram dois alunos: um, de um curso de Ciências Sociais Aplicadas, e outra do curso da área de Saúde. Foram três encontros formais⁷ com o discente Paulo (nome fictício, República Democrática do Congo, residente no Brasil desde 2015). Ele era uma pessoa bastante ativa na Universidade e havia participado de alguns projetos promovidos pela Cátedra. Paulo ressaltava que muitas instituições de apoio às pessoas em situação de refúgio possuem uma visão e abordagem assistencialista ou de “caridade”. Relatou, assim como o ex-aluno, a dificuldade de ser tratado como um indivíduo com demandas específicas.

Pussetti (2017) chama a atenção para o fato de que é preciso olhar para o contexto migratório, a história do migrante e as condições sociais e políticas a que estão submetidos no país de acolhida. Para esta autora, a leitura patologizante dos processos migratórios despolitiza as pessoas, conformando-as como vítimas, em lugar de reconhecê-las como sujeitos ativos e de direitos civis.

O primeiro encontro com Paulo ocorreu na Universidade, com a proposta de apresentar o projeto e conhecer as expectativas dos estudantes, os de nacionalidade brasileira e aqueles em situação de refúgio. O segundo, proposto pelos alunos de IC, foi realizado no Serviço Social do Comércio (SESC), quando visitamos a exposição “PretAtitude”, com o objetivo de discutir a influência da cultura africana no Brasil e assuntos relacionados, como o racismo. O terceiro e último encontro ocorreu em São Paulo, promovido por Paulo. O objetivo foi conhecer o local onde vivia o estudante, a gastronomia congoleza e os locais frequentados por migrantes no centro de São Paulo. Estes encontros promoveram, por parte dos alunos de IC, uma aproximação sobre as dificuldades cotidianas vividas, seja pelo deslocamento diário de São Paulo à universidade, localizada em outro município⁸ ou pela identificação do racismo no Brasil, já relatados em estudos (HAYDU et al, 2018, BRANCO, 2018).

A possibilidade de conhecer o centro de São Paulo, no olhar de um congolês, foi uma experiência rica e diversa. O convite de Paulo incluiu uma visita ao apartamento em que reside, onde ele ofereceu café e comida, uma visita à

Missão Paz⁹, almoço em um restaurante congolês (acompanhado de trocas culinárias e conversas com Mama Jolie, dona do restaurante), visita à região central, ao comércio, aos cabeleireiros, visita a um restaurante senegalês, à Praça da República e à Biblioteca Mário de Andrade. Enfim, foram apresentados locais que muitos migrantes frequentam.

Com o início da pandemia em 2020, apesar de repetidas tentativas, não conseguimos mais contato com Paulo; a coordenação do curso também buscou contatá-lo, sem obter êxito. Paulo havia relatado não dispor de computador pessoal e, no final de 2020, apesar de não ter frequentado as aulas no primeiro e segundo semestres, entrou em contato com a Universidade e sua matrícula foi efetuada para retomar os estudos em 2021.

Com a adesão de Heloísa a esta pesquisa, em 2020, iniciamos um novo momento de trocas culturais. A aluna, de origem ganense, com idade entre 35 e 45 anos, vive em Guarulhos com seu marido, enquanto seus filhos continuam em Gana. Está matriculada em um curso da área de saúde e, além da língua local ganense, comunica-se bem em Inglês. O contato com essa estudante se deu por meio do relato de um de seus professores, o qual mencionou a dificuldade que a aluna apresentava em se comunicar em Português, resultando em prejuízo na compreensão do conteúdo abordado nas aulas.

Dessa forma, a aluna de IC entrou em contato com Heloísa e dois encontros ocorreram no laboratório de informática da universidade, com a proposta de que a discente a auxiliasse com o Português e que Heloísa a auxiliasse com o Inglês. Os encontros presenciais foram interrompidos com o início da pandemia da COVID-19, quando as aulas foram transferidas para o ensino remoto.

Durante o período em que a pandemia impôs o distanciamento social, a acadêmica de IC continuou a se comunicar com Heloísa, o que permitiu auxiliá-la a compreender o sistema virtual da universidade (Moodle) para acesso às aulas e demais atividades on-line. Heloísa tinha acesso ao portal da Universidade apenas pelo aparelho celular. Após alguns meses, Heloísa conseguiu um notebook emprestado para realizar as aulas e, assim, houve um avanço na melhor qualidade de seu aprendizado. Além do desafio material, Heloísa colocou constantemente a dificuldade em traduzir os trabalhos para o Português; alguns de seus professores aceitavam recebê-los em Inglês e outros não. Para ela, a maior dificuldade está no domínio da Língua Portuguesa, confirmando o que diz a literatura disponível sobre o assunto (MARTINS, 2020; BULIK, COLUCCI, 2019; MEDEIROS, COURY, 2019).

Com a mediação da coordenadora do curso de Tradução e de Letras da universidade, foi possível iniciar a realização de encontros com Heloísa para ensino do Português. Mesmo com as dificuldades do ensino remoto, três alunos (dois do curso de Letras e um do curso de Tradução) se dispuseram a auxiliá-la. Antes do início dos encontros para o ensino do idioma, eles receberam um treinamento com conteúdo sobre refúgio e a relevância da integração cultural

e saberes. Assim, os alunos voluntários formularam aulas de Língua Portuguesa, as quais foram apresentadas aos acadêmicos de IC e passaram a ocorrer semanalmente desde abril de 2021.

A aluna ainda relata dificuldades na comunicação com professores: embora as aulas ocorram em Português, alguns tiveram a iniciativa de conversar em Inglês com a aluna, enquanto outros não. A realização das provas também é um desafio, devido ao acesso aos conteúdos: traduzir era difícil para os alunos que realizavam as trocas, pois não dominavam o conteúdo específico do curso. A integração com os colegas de classe se tornou um obstáculo adicional, pois as aulas presenciais por cerca de um mês não oportunizaram a convivência necessária para isso, devido ao isolamento imposto pela pandemia.

A constituição desse grupo de ensino do idioma deixou Heloisa muito feliz e ansiosa para iniciar as atividades, pois mencionou estar pensando em desistir do curso devido às dificuldades enfrentadas. Durante os encontros, além da gramática, os alunos de tradução e letras abordaram temáticas solicitadas por Heloísa, como história da saúde no Brasil, pandemia e atuação dos profissionais da saúde. A cada encontro, Heloísa se desafiava a falar em Português e comentava diferenças culturais entre Gana e o Brasil. Os encontros também oportunizaram aos alunos o conhecimento sobre outro país e formas de organização de diferentes instituições, como universidades.

A educação é um campo importante para o processo de integração. Durante os encontros com os estudantes em situação de refúgio, constatamos a barreira linguística e o desconhecimento dos serviços de extensão da universidade e dificuldade em integrar-se com os colegas de classe. A literatura evidencia que estas dificuldades, relatadas pelos alunos participantes desta pesquisa, são recorrentes. Silva-Ferreira *et al.* (2019) mostram que a ausência de informações reais sobre o contexto institucional, cultural e social do país de acolhida pode ser fator intensificador do choque cultural sofrido pelo estudante, o que, em consequência, torna-se mais uma barreira para o processo de integração.

As propostas de ir até os estudantes inscritos do vestibular para refugiados e a realização dos encontros para o estudo da Língua Portuguesa são ferramentas que podem auxiliar durante o processo de inserção na comunidade acadêmica (SILVA, 2019; FRIEDRICH, GEDIEL, 2021).

Outro aspecto evidenciado é o protagonismo dos estudantes refugiados. Desde o início, o intuito desses encontros seria aprender e ensinar mutuamente. É possível perceber que os alunos em situação de refúgio podem enriquecer as discussões nos espaços acadêmicos ao trazerem novas perspectivas sobre a área do conhecimento em que estudam (BERTOLDO, 2019) e sobre a própria migração.

Para a universidade ser um ambiente favorável à inserção de pessoas refugiadas, é importante que as ações realizadas contribuam para a elaboração de uma política institucional transversal, visando alcançar a visibilidade dos membros

da comunidade acadêmica (docentes, discentes e demais funcionários). Durante os encontros, surgiram demandas que nos fizeram dialogar com a comunidade acadêmica: necessidade de ensino do Português e busca por serviços de extensão da universidade. Nesse momento, foi possível perceber o desconhecimento dos docentes em relação à presença de estudantes refugiados na universidade e a falta de familiaridade com a temática do refúgio. Assim, pode-se compreender que as trocas com a instituição de ensino e estratégias de institucionalizar as práticas desenvolvidas neste projeto contribuirão com o desenvolvimento da integração no ambiente universitário.

Em relação à equipe, a experiência de trocas proporcionou o aprofundamento dos conceitos e teorias estudadas, bem como a interlocução com as situações vivenciadas nas trocas, como interculturalidade, crítica à razão humanitária, estereótipos sobre pessoas refugiadas, sofrimentos diversos, associação com sujeitos vulneráveis, vitimizados e passivos, entre outras (MENÉNDEZ, 2016, FASSIN, 2012, HAYDU *et al.*, 2020).

As trocas de experiências e cosmovisões, ocorridas durante os encontros com Paulo e Heloísa, permitiram o exercício do relativismo cultural. De acordo com Duarte (2003), relativizar o olhar em relação a diferentes culturas permite *“nos dar conta, de um modo respeitoso, da existência de outras fórmulas, das outras alternativas, que se antepõem aos nossos passos de intervenção neste mundo.”* Assim, vivenciar e ouvir especificidades de uma cultura diferente foi uma oportunidade para desconstruir o olhar etnocêntrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas identificados neste projeto, na inserção de pessoas refugiadas na universidade, em parte são semelhantes aos de estudantes cotistas em universidades brasileiras. Basso Poletto *et al.* (2020), em revisão de literatura, mostram os obstáculos em relação à permanência, falta de condições materiais para acompanhar um curso acadêmico, transporte, entre outros. Segundo os autores, as ações afirmativas no ensino superior precisam ser pensadas em termos de acesso, oportunidades, acompanhamentos e resultados.

Com base nas experiências relatadas, destacamos alguns desafios que permeiam a relação dos estudantes em situação de refúgio com a comunidade acadêmica, como a barreira linguística, adaptação ao sistema educacional da universidade e a falta de políticas institucionais transversais. As trocas de experiências e diálogos permitiram a construção de novos saberes, a inserção e integração dos alunos.

A pesquisa também nos trouxe a reflexão sobre políticas e ações que podem ser implementadas na Universidade de modo que acolham as necessidades desses alunos.

Esta experiência favoreceu o exercício do pensamento crítico com relação às ações da universidade e com a desconstrução de estereótipos em relação às pessoas refugiadas. Esperamos contribuir para que estas experiências inspirem práticas criativas e inovadoras para a inserção dessas pessoas no ambiente universitário e formação no ensino superior.

NOTAS

¹ Universidades comunitárias são instituições públicas não estatais, prestadoras de serviços públicos, de interesse coletivo, sem fins lucrativos. <<https://www.abruc.org.br/view/assets/uploads/artigos/abruc/12.pdf> acesso em 10/09/2021>.

² O vestibular é regulamentado por edital e realiza uma seleção diferenciada com isenção do pagamento de taxa de inscrição, possibilidade de ter a escolaridade atestada pelo CONARE, vinculado ao Ministério da Justiça ou pelo ACNUR, prova contendo questões objetivas e redação.

³ Estas observações são resultado do trabalho com docentes e discentes no âmbito das atividades da CSVM. Além disso, a universidade tem buscado responder com ações envolvendo diferentes âmbitos institucionais.

⁴ Bolsistas de Iniciação Científica – PIBIC – períodos: 2018 – 2021

⁵ A CSVM fez 2 eventos no Dia do Refugiado, focando principalmente o público interno da universidade. Nos vestibulares de 2019 e 2020, a equipe esteve presente, no dia do vestibular e no da matrícula, para receber os estudantes, dar orientações gerais e iniciar contatos.

⁶ Optou-se por utilizar a idade aproximada para proteger as pessoas em situação de refúgio de eventuais identificações.

⁷ A equipe das trocas encontrava o aluno em outras oportunidades, nos espaços da universidade.

⁸ Os dois estudantes que participaram das trocas moram em São Paulo.

⁹ A Missão Paz é uma organização gerida por religiosos scalabrinianos, na região central de São Paulo, que oferece moradia provisória coletiva e serviços a migrantes e imigrantes. <<http://www.missaospaz.org/conteudo/historia>>.

REFERÊNCIAS

ACNUR E CSVM. **Relatório Anual Cátedra Sérgio Vieira de Mello**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/11/Relatorio-ANUAL-CSVM-2020-V2.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

ACNUR. **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil**: subsídios para elaboração de políticas. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

- BASSO-POLETTI, D., EFROM, C., RODRIGUES, M.B., 2020. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Eletrônica Educare** 24, 1–24.. doi:10.15359/ree.24-1.16
- BERNARTT, M. L.; PASSOS, A. A. Direitos Humanos, Refúgio e Universidade: Uma análise da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVm). **Revista Atos de Pesquisa em Educação - FURB**, v.15, n.2, p.366-383, junho. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2020v15n2p366-383>>. Acesso em: 20 de junho 2021
- BRANCO, P. A. O refúgio do trauma. Notas etnográficas sobre trauma, racismo e temporalidades do sofrimento em um serviço de saúde mental para refugiados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, 2018; 26(53), 79-97.
- BRITO, C., DANTAS, S. Narrativas e identidades que se cruzam: Haitianos e brasileiros em São Paulo. In: CARMEN, L. **Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos**. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017, p. 267 - 288.
- DA ROSA, M. Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição de hospitalidade. **Trabalhos em linguística aplicada**, Campinas, SP, v. 57, n. 3, p. 1534–1551, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651687>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- DELFIN, R. B. **Relatório do ACNUR evidencia situação de limbo internacional da Venezuela quanto a refúgio**. 2020. Disponível em: <<https://migramundo.com/relatorio-do-acnur-evidencia-situacao-de-limbo-internacional-da-venezuela-quanto-a-refugio/>>. Acesso em 26 de maio de 2021.
- FASSIN, D. O sentido da saúde: antropologia das políticas da vida. In: Saillant, F., Genest, S. **Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2012.
- FRIEDRICH, T. S.; HIROSE, C. T.; CRUZ, T. V. **Programa de política migratória e universidade brasileira: A hospitalidade e o encontro com o outro para a integração e permanência por meio da extensão universitária**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199229>>. Acesso em: 20 de junho 2021
- GEDIÉL, J. A. P.; FRIEDRICH, T. S. **Movimentos, memórias e refúgio: Ensaio sobre as boas práticas da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR) na Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: In. Verso, 310 p. 2020
- GEDIÉL, J. A. P.; FRIEDRICH, T. S. Refúgio, Migrações e Hospitalidade: Lições jurídicas e experiência em projeto de pesquisa e extensão na Universidade Federal do Paraná. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, volume especial, p. 229-244. 2014. Disponível em: Acesso em: 20 de junho 2021
- GÓMEZ, M. V. Ações da Universidade Brasileira para abrir a educação a pessoas em situação de refúgio. **Cadernos CERU**, v. 30, n. 1, junho. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/158706/153705> Acesso em: 20 de junho 2021.

- HAYDU, M.; INOUE, S. V.; SILVEIRA, C.; MARTIN, D. Therapeutic itineraries of Congolese refugees in the city of São Paulo. **Global Public Health**, v. 15, n. 6, p. 840-851, 2019.
- MENÉNDEZ, E. L. Salud intercultural: propuestas, acciones y fracasos. **Ciênc. saúde coletiva** 2016; 21(1): 109-118.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **43 mil pessoas vivem no Brasil reconhecidas como refugiadas**. Publicado em 09/06/2020. Disponível em <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/43-mil-pessoas-vivem-no-brasil-reconhecidas-como-refugiadas>>. Acesso em 26 de maio de 2021.
- MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, novembro, 2002. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/550/551>>. Acesso em: agosto 2021
- OLIVEIRA, W. C. C. A.; BRASIL, D. R. O papel da Academia na integração social dos refugiados venezuelanos: uma proposta de articulação para a Universidade de Itaúna-MG. **Revista Argumentum**, Marília, v. 22, n. 135-161. 2021. Disponível em: <<http://201.62.80.75/index.php/revistaargumentum/article/view/1389>>. Acesso em: 20 de junho 2021.
- RODRIGUES, C. V. “Sou um corpo estranho no conjunto”: Narrativas de um estudante negro migrante em uma universidade brasileira. **Trabalhos em linguística aplicada**, 2021, v. 60, n. 1, pp. 114-125. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/01031813825511220201031>>. Acesso em 20 de junho de 2021.
- SILVA, Alisson Vinicius. **Imigração e saúde mental: Narrativas de Estudantes Latino-Americanos em uma Universidade Intercultural**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de pós-graduação em Psicologia. 203 P. 2019. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/prae/arquivos/Imigraoesademental_narrativasdeestudanteslatinoamericanosemumauniversidadeintercultural1.pdf>. Acesso em: set 2021

RESUMO

Este texto se inspira no desejo de compreender como é a inserção de pessoas refugiadas em universidades brasileiras. Considerando que a vida acadêmica dos estudantes não se limita ao acesso aos conteúdos disciplinares da profissão escolhida, buscamos nos aproximar do que acontece no ambiente universitário. O espaço físico, os professores, os colegas de classe, os funcionários, a cantina, entre outros, apresentam possibilidades de inserção ou não de pessoas refugiadas. O presente relato de experiência apresenta um projeto desenvolvido em uma universidade comunitária conveniada à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, localizada na região Sudeste do Brasil. A Instituição oferece anualmente um vestibular específico para pessoas em situação de refúgio. Os candidatos podem escolher a língua em que desejam fazer a prova e são oferecidas três bolsas de estudo integrais. No período de 2012 a 2020, foram aprovados 52 alunos no vestibular, 16 ingressaram na universidade e, em 2020, dois estudantes estavam matriculados. Ainda que tenham ocorrido interesse e acesso de pessoas refugiadas à universidade, a sua permanência tem sido um desafio. Houve seis desistências ao longo desse processo. Observamos que, apesar da garantia da bolsa de estudos, havia dificuldades com o grau de proficiência da Língua Portuguesa, barreiras culturais, de ordem econômica, dificuldade de integração com a comunidade acadêmica, de adaptação à organização da universidade e dificuldades estruturais como depender da internet e computadores da universidade.

Palavras-chave: refugiados; universidades brasileiras; integração

ABSTRACT

This text is inspired by the desire to understand the insertion of refugees in Brazilian universities. Considering that the academic life of students is not limited to access to the disciplinary content of the chosen profession, we seek to get closer to what happens in the university environment. The physical space, the teachers, the classmates, the employees, the canteen, among others, present possibilities of insertion or not of refugees. This experience report presents a project developed at a community university affiliated to the Sérgio Vieira de Mello Chair, located in the Southeast region of Brazil. The Institution annually offers a specific entrance exam for people in refugee situations. Candidates can choose the language in which they wish to take the test and three full scholarships are offered. From 2012 to 2020, 52 students passed the entrance exam, 16 entered the university and, in 2020, two students were enrolled. Although there has been interest and access by refugees to the university, their permanence has been a challenge. There were six dropouts during this process. We observed that, despite the guarantee of the scholarship, there were difficulties with the degree of proficiency in the Portuguese language, cultural barriers, of an economic nature, difficulty in integrating with the academic community, in adapting to the organization of the university and structural difficulties such as depending on the internet. and university computers.

Keywords: Refugees; Brazilian universities; Integration

